**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ**

**EDUARDO VIEIRA SCARPA**

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS E SEU IMPACTO NOS PRINCIPAIS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE**

**GOIÂNIA-GO**

**2014**

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS E SEU IMPACTO NOS PRINCIPAIS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE**

Eduardo Vieira Scarpa\*

**RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo demonstrar a relação entre o volume dos gastos em segurança pública e seu reflexo nos principais índices que compõem as estatísticas criminais no Estado de Goiás. O aumento da violência e da criminalidade é evidente no país e em Goiás, e tem sido tema recorrente nas discussões em todas as esferas de governo. Os Governadores de Estado atribuem a ascensão dos índices à falta de investimento do Governo Federal na área de Segurança Pública. Por sua vez os Prefeitos se isentam de responsabilidade sob o entendimento que é dever constitucional do Governo Estadual investir no setor. Neste sentido, o artigo mostra que em Goiás os gastos em Segurança Pública cresceram exponencialmente, com destaque para a remuneração de Policiais Civis e Militares, no entanto as despesas de custeio e investimento apresentaram pouca variação no período avaliado.

Palavras-chave: Orçamento Público. Estatística Criminal. Segurança Pública.

**EIXO TEMÁTICO**

Organização e Gestão das Instituições de Segurança Pública

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\* Eduardo Vieira Scarpa é graduado em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC, 2000), é servidor de carreira do Governo do Estado de Goiás no cargo de Gestor de Planejamento e Orçamento desde 2002. Atualmente coordena o processo de elaboração e programação orçamentária no Estado. E-mail: eduscarpa@gmail.com

**1 INTRODUÇÃO**

A escalada da violência no Brasil é evidente e tem chamado a atenção diante dos alarmantes índices de criminalidade. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, acerca da violência na America Latina em 2013, o Brasil tem a 3ª maior taxa de roubos na região. Dos 18 países presentes no relatório do programa, o Brasil só apresenta dados melhores que México e Argentina. Levantamento realizado pela ONG mexicana Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal (*Consejo Ciudadano para la  
Seguridad Pública y la Justicia Pena*l), utilizou as taxas de homicídio para classificar as cidades mais e menos violentas do mundo. Destas, 16 cidades brasileiras figuraram entre o *ranking* das 50 mais violentas. No entanto, mesmo diante deste cenário, há poucas iniciativas de sucesso por parte dos Governos Federal, Estaduais e Municipais para reverter a situação. A falta de planejamento e integração entre as esferas de Governo torna o enfrentamento à violência ainda mais penoso, evidenciando a ausência de Políticas Públicas de Segurança que envolva, não só as forças policiais, mas também áreas como habitação, saneamento, educação, saúde, emprego, renda, dentre outras.

Durante mais de duas décadas de regime militar no Brasil, o campo da segurança pública viveu um período obscuro, em que as forças policiais foram tratadas como forças auxiliares do Exército. Naquele período, a estrutura funcional da segurança pública foi desligada dos governos estaduais. Com isso, estados e municípios se estruturaram de forma a deixar o tema da segurança pública de fora, surgindo um caos organizacional e institucional. Tais estruturas não estavam preparadas para enfrentar o aumento do consumo de drogas e o crime organizado. (SAPORI, L. 2007, p10).

É neste mesmo sentido que Costa e Grossi (2007, P.12) afirmam:

Ao longo da história republicana brasileira, o sistema policial acompanhou as oscilações da Federação: ora estava submetido ao poder central, ora significava a garantia da liberdade das elites políticas estaduais. Durante os períodos autoritários (1937- 1945 e 1964-1985) as polícias estaduais foram submetidas ao controle federal. Portanto, não se pode falar em cooperação, mas sim em submissão dos estados às diretrizes dos governos federais. Nos outros períodos republicanos (1889-1930 e 1946-1964), os estados gozaram de grande autonomia para organizar e controlar suas polícias. Entretanto, foram raros os casos de cooperação intergovernamental na área da segurança pública.

Em decorrência destes fatores, as forças de segurança sob a tutela dos governos estaduais, se desenvolveram de forma isolada e desarticulada, com forte influência política. Desta forma, os estados tiveram a autonomia necessária para definir os critérios de investimento em segurança pública, inclusive a política salarial de seus profissionais civis e militares.

Beltrame, (2014) observa que a primeira Polícia Militar no país, criada no início do século XIX por DOM João VI e chamada de “Guarda Real de Polícia”, trouxe a tradição de dois séculos, com mazelas prejudiciais até os dias de hoje.

Diante dessas considerações, este trabalho procurou avaliar o comportamento dos gastos em Segurança Pública dos principais órgãos do setor no Governo de Goiás, com foco nas Polícias Civil e Militar, Secretaria de Segurança Pública, Fundo Estadual de Segurança Pública¹ e Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça².

Segundo dados da edição de 2010 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, chama a atenção o aumento de mais de 100%, entre 2003 e 2009, no total de despesas em segurança pública: União, Estados e Municípios gastaram aproximadamente R$22,5 bilhões em 2003, valor que alcançou mais de R$47,6 bilhões, em 2009. Em valores nominais, todos os estados aumentaram suas despesas acima da inflação acumulada nesse mesmo período (40,4% pelo IPCA).

No entanto, os dados apresentados nas tabelas que compõem as estatísticas criminais do mesmo Anuário, evidenciam que não houve queda nos índices de violência e criminalidade, mesmo em face do aumento dos gastos.

Soares, (2000) destaca que não há política pública ou planejamento sem informações qualificadas e consistentes, principalmente no campo da Segurança Pública, onde a péssima qualidade ou a falta de informações impossibilita um estudo preciso da dinâmica criminal. Em Goiás não é diferente, as três fontes consultadas para o levantamento da estatística criminal do Estado apresentaram dados discordantes entre si, impossibilitando uma análise mais completa do cenário da violência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

¹ destinado à manutenção geral, reequipamento e aquisição de material permanente, contratação de serviços e obras e cobertura de demais despesas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, das Polícias Civil e Militar e do Sistema Prisional.

² A Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça é o órgão a quem compete o sistema de execução penal em Goiás. Ao longo do período avaliado teve outras denominações como: Agência Goiana do Sistema Prisional (2004-2006), Secretaria de Justiça (2006-2008) e Agência Goiana do Sistema de Execução Penal (2009-2013).

**2 METODOLOGIA**

A pesquisa em questão se caracteriza como explicativa e descritiva em que se buscou, como objetivo, levantar informações acerca dos gastos públicos na área de segurança pública em Goiás e estabelecer relações com os índices de violência e criminalidade no Estado.

Com relação às informações financeiras, o universo de pesquisa constituiu-se dos 04 principais órgãos da área de segurança pública da organização administrativa do Poder Executivo em Goiás (Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar e Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça), independentemente da Função Orçamentária³ na qual foi realizado o gasto.

Os dados foram extraídos do Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet, sistema contábil que tem por finalidade realizar todo o processamento, controle e execução financeira e orçamentária do Governo do Estado de Goiás. As despesas foram desdobradas em 03 grupos, sendo: Pessoal e Encargos Sociais (Grupo 01), Outras Despesas Correntes (Grupo 03) e Investimentos (Grupo 04). Os demais grupos de despesa não figuram na pesquisa em virtude da inexistência de gastos nestas modalidades no período avaliado.

Quanto aos dados relativos às estatísticas criminais e ao efetivo estadual de segurança pública, as principais fontes de consulta foram os Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foram utilizadas, ainda, de forma complementar, informações disponibilizadas no *website* da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e na publicação “Goiás em Dados”, de responsabilidade do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Todos os dados criminais pesquisados foram analisados em números absolutos e também ponderados em relação a 100 mil habitantes.

O período avaliado é de 10 anos, compreendendo os exercícios de 2004 a 2013. Optou-se por este intervalo em virtude da disponibilidade dos dados financeiros e de forma a coincidir com os três últimos Planos Plurianuais do Estado de Goiás (2004-2007 - Plano Goiás Século XXI “Avançar Mais”, 2008-2011 – Goiás Estado da Qualidade de Vida e 2012-2015 – Plano de Desenvolvimento Estratégico).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

³ Função Orçamentária representa o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

**3 RESULTADOS**

**3.1 GASTOS DO GOVERNO DE GOIÁS EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Da análise dos dados financeiros das despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (Gráfico 01), ficou demonstrado que tais despesas tiveram um salto expressivo no período avaliado, bem acima do índice oficial de inflação para o mesmo período segundo o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, que foi de 54,05%. Em 2004, os gastos com pessoal da Polícia Civil somaram R$101.852.457,70, atingindo R$317.763.786,71 em 2013, o que representa um aumento de 211,98%. No caso da Polícia Militar, as despesas saltaram de R$300.711.504,62 em 2004 para R$920.816.641,40 em 2013, representando um aumento de 206,21%.

A Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça, em decorrência da constante alteração em sua estrutura administrativa, ora compondo a Administração Direta, ora a Administração Indireta ou mesmo incorporada a outro órgão do Poder Executivo, não apresentou qualquer tendência na série história, diferente dos demais órgãos avaliados. No entanto, quando comparado o período inicial da série ao final, o crescimento é similar, atingindo 233%, saltando de R$13.657.580,00 em 2004 para R$45.479.655,46 em 2013.

O aumento mais expressivo deu-se na própria Secretaria de Segurança Pública onde alcançou 426,98%, passando de R$21.188.141,33 em 2004 para R$111.657.529,22 no exercício de 2013.

Gráfico 01 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais 2004-2013 (Grupo 01)

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

Para uma melhor análise e compreensão do expressivo aumento nos gastos com pessoal, foi levantado o efetivo das forças policiais no período avaliado, obtendo-se os dados dispostos no Gráfico 02, onde se observou que o quantitativo de Policiais Civis e Militares manteve-se praticamente inalterado, evidenciando, assim, que houve aumento real na remuneração destas categorias de servidores.

Gráfico 02 – Efetivo Policial no Estado de Goiás 2004-2011

Fonte: Anuários de Segurança Pública

No levantamento dos dados relativos às despesas do Grupo 03 – Outras Despesas Correntes (Gráfico 03), o crescimento mais expressivo se deu no Fundo Estadual de Segurança Pública – FUNESP, saltando de R$3.508.168,67 em 2004 para R$57.883.884,63 em 2013, representando um aumento de 1.550%.

Demonstrando a mesma tendência, as Polícias Civil e Militar apresentaram crescimento de 161,48% e 71,45% respectivamente. Em valores absolutos a Polícia Civil realizou despesas correntes de R$8.666.074,29 em 2004, passando a R$22.660.251,09 no exercício de 2013. Da mesma forma, a Polícia Militar demonstrou despesas na ordem de R$19.821.713,34 em 2004 e R$33.984.379,21 em 2013.

Em relação às Secretarias de Segurança Pública e Administração Penitenciária e Justiça, ambas apresentam série histórica discorde, variando, no decorrer do período, de R$5.054.408,10 a R$34.877.759,93 no caso da Secretaria de Segurança Pública e de R$1.697.370,99 a R$58.607.978,6 na Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça.

Gráfico 03 – Outras Despesas Correntes (Grupo 03) 2004-2013

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

Diante da amplitude dos tipos de gastos que envolvem as Despesas do Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, para uma melhor análise dos dados obtidos, fez-se necessário o desdobramento destas despesas, considerando a somatória dos 10 exercícios analisados, onde se constatou grande concentração dos gastos em itens específicos de despesa.

No levantamento das despesas realizadas pela Polícia Militar (Tabela 01), os gastos com Combustível Automotivo é o mais representativo (55,8%), seguido de Material para Manutenção, Reparos e Conservação de Veículos (11,43%), Diárias (4,71%) e Energia Elétrica e Água (4,45%). Esses 04 itens somados representam mais de 76% dos gastos em um universo de 112 Itens de Despesa.

Tabela 01 – Despesas realizadas no período 2004-2013, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, por item –Polícia Militar

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item de Despesa** | **Valor (R$)** | **%** |
| Combustível Automotivo - Gasolina/Álcool/Diesel | 142.110.943,52 | 55,88% |
| Material para Manutenção, Reparos e Conservação de Veículos | 29.078.889,62 | 11,43% |
| Diárias | 11.972.709,45 | 4,71% |
| Energia Elétrica e Água | 11.316.905,56 | 4,45% |
| Outras Despesas (somatório de 108 itens) | 59.820.133,83 | 23,53% |
| **TOTAL** | **254.299.581,98** | **100,00%** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

A tabela 02 demonstra o desdobramento das despesas realizadas pela Polícia Civil. O padrão de gasto é similar ao observado na Polícia Militar, onde as despesas com Combustível Automotivo é a mais representativa (41,56%), seguido de Serviço de Telefonia Fixa (9,56%), Serviços de Caráter Secreto e Reservado (8,69%) e Material para Manutenção, Reparos e Conservação de Veículos (6,92%). Somados, tais itens representam 66,73% do total de gastos da Polícia Civil dentro do Grupo 03 – Outras Despesas Correntes em 81 itens.

Tabela 02 – Despesas realizadas no período 2004-2013, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, por item –Polícia Civil

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item de Despesa** | **Valor (R$)** | **%** |
| Combustível Automotivo - Gasolina/Álcool/Diesel | 56.944.005,95 | 41,56% |
| Serviço de Telefonia Fixa | 13.103.797,63 | 9,56% |
| Serviços de Caráter Secreto e Reservado | 11.898.835,41 | 8,69% |
| Material para Manutenção, Reparos e Conservação de Veículos | 9.487.221,17 | 6,92% |
| Outras Despesas (somatório de 77 itens) | 45.569.336,02 | 33,27% |
| **TOTAL** | **137.003.196,18** | **100,00%** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

A tabela 03 apresenta os dados relativos aos gastos da Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça. Assim como as analisadas anteriormente, o órgão concentrou suas despesas em 04 itens, que somados representam 81,26% do valor relativo ao Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, sendo: Fornecimento de Alimentação (39,26%), Gêneros Alimentícios (18,94), Outras Transferências a Municípios (R$15,09) e Salários de Internos (7,97%). Outros 133 itens de despesa somaram apenas 18,74% do montante total de R$148.088.096,93.

Tabela 03 – Despesas realizadas no período 2004-2013, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, por item – Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item de Despesa** | **Valor (R$)** | **%** |
| Fornecimento de Alimentação | 58.143.692,27 | 39,26% |
| Gêneros Alimentícios | 28.048.708,62 | 18,94% |
| Outras Transferências a Municípios | 22.344.401,21 | 15,09% |
| Salários de Internos em Penitenciárias | 11.797.503,08 | 7,97% |
| Outras Despesas (somatório de 133 itens) | 27.753.791,75 | 18,74% |
| **TOTAL** | **148.088.096,93** | **100,00%** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

Ainda em relação ao desdobramento das despesas do Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, a entidade que mais chamou a atenção foi o Fundo Estadual de Segurança Pública – FUNESP (tabela 04). Um único item de despesa representou 74,63% de todos os gastos do período. Trata-se das despesas relativas à “Locação de Meios de Transporte para Deslocamento de Pessoal em Serviço”, cuja finalidade é a locação das viaturas operacionais utilizadas pelas polícias civil e militar. As demais despesas, compostas por 118 itens, totalizaram os 25,37% restantes.

Tabela 04 – Despesas realizadas no período 2004-2013, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, por item –FUNESP

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item de Despesa** | **Valor (R$)** | **%** |
| Locação de Meios de Transporte para Deslocamento de Pessoal em Serviço | 236.403.580,71 | 74,63% |
| Outras Despesas (somatório de 117 itens) | 80.363.930,79 | 25,37% |
| **TOTAL** | **316.767.511,50** | **100,00%** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

Da análise dos dados relativos às despesas do Grupo 04 – Investimentos (Gráfico 04), à exceção do Fundo Estadual de Segurança Pública que apresentou gasto atípico no ano de 2009, atingindo cerca de R$45 milhões em investimentos, todos os órgãos e entidades avaliados não demonstraram queda ou aumento significativo nas despesas no decorrer do período.

Gráfico 04 – Investimentos (Grupo 04)

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

No entanto, devido à importância dos investimentos para a área de Segurança Pública, optou-se por desdobrar as despesas considerando a somatória dos 10 exercícios analisados, onde, nos moldes das despesas do Grupo 03, se constatou grande concentração dos gastos em itens específicos de despesa.

Da análise das despesas realizadas pela Polícia Militar (tabela 05), 04 itens de despesa concentraram 84,86% do total de gastos no período. São elas: Armamentos (26,11%), Automóveis (21,89%), Mobiliário (20,95%) e Equipamentos de Tecnologia da Informação (15,90%).

Tabela 05 – Despesas realizadas no período 2004-2013, Grupo 04 – Investimentos, por item – Polícia Militar

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item de Despesa** | **Valor (R$)** | **%** |
| Armamentos | 1.832.929,89 | 26,11% |
| Automóveis | 1.536.665,42 | 21,89% |
| Mobiliário | 1.470.963,90 | 20,95% |
| Equipamentos de Tecnologia da Informação | 1.116.434,47 | 15,90% |
| Outras Despesas (somatório de 17 itens) | 1.062.683,28 | 15,15% |
| **TOTAL** | **7.019.676,96** | **100%** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

A tabela 06 apresenta os dados relativos aos investimentos da Polícia Civil. Assim como a Polícia Militar, 81,45% dos gastos concentraram-se em 04 itens de despesa, sendo: Mobiliário (29,81%), Equipamento Hospitalar, Médico e Odontológico (23,52%), Armamentos (21,25%) e Máquinas e Equipamentos (6,87%). O restante das despesas foi distribuído em outros 15 itens.

Tabela 06 – Despesas realizadas no período 2004-2013, Grupo 04 – Investimentos, por item – Polícia Civil

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item de Despesa** | **Valor (R$)** | **%** |
| Mobiliário | 1.344.262,43 | 29,81% |
| Equipamentos Hospitalar, Médico e Odontológico | 1.060.322,42 | 23,52% |
| Armamentos | 958.320,00 | 21,25% |
| Máquinas e Equipamentos | 309.852,00 | 6,87% |
| Outras Despesas (somatório de 15 itens) | 836.303,98 | 18,55% |
| **TOTAL** | **4.509.060,83** | **100%** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

No levantamento das despesas realizadas pela Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça (tabela 07), foi encontrada uma distorção no item de maior relevância da análise. O Item de Despesa denominado “Restituições”, no valor de R$7.560.691,74, o que corresponde a 43,66% do total de gastos no Grupo 04 – Investimentos, embora tratado no sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet como uma despesa, é utilizado para realizar a devolução de valores não utilizados de convênios firmados com o Governo Federal.

Na seqüência, os gastos de maior expressão foram: Obras Civis (35,78%) e Equipamentos de Tecnologia da Informação (5,68%). Somados, os três itens retromencionados representam 85,12% do montante de gastos em investimentos.

Tabela 07 – Despesas realizadas no período 2004-2013, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, por item – Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item de Despesa** | **Valor (R$)** | **%** |
| Restituições | 7.560.691,74 | 43,66% |
| Obras Civis | 6.195.594,69 | 35,78% |
| Equipamentos de Tecnologia da Informação | 983.345,87 | 5,68% |
| Outras Despesas (somatório de 24 itens) | 2.576.625,24 | 14,88% |
| **TOTAL** | **4.509.060,83** | **100%** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

Ainda em relação ao Grupo 04 – Investimentos, foram analisadas as despesas do Fundo Estadual de Segurança Pública – FUNESP (tabela 08). Aos moldes dos demais órgãos avaliados, foi constatada grande concentração de gastos. As despesas com aquisição de automóveis foi a mais representativa (35,74%), seguida de obras civis (13,73%), Armamentos (13,41%) e Equipamentos de Tecnologia da Informação (7,62%).

Tabela 08 – Despesas realizadas no período 2004-2013, Grupo 04 – Investimentos, por item – FUNESP

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item de Despesa** | **Valor (R$)** | **%** |
| Automóveis | 53.176.897,00 | 35,74% |
| Obras Civis | 20.423.790,50 | 13,73% |
| Armamentos | 19.955.099,72 | 13,41% |
| Equipamentos de Tecnologia da Informação | 11.345.261,39 | 7,62% |
| Outras Despesas (somatório de 30 itens) | 43.902.481,22 | 29,50% |
| **TOTAL** | **148.803.529,92** | **100%** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

Por fim, em relação aos dados financeiros dos órgãos de segurança pública em Goiás, foram levantados os valores inicialmente previstos (orçados) nas Leis Orçamentárias Anuais e os valores efetivamente realizados no período de 2004 a 2013. O resultado é a constatação de um contingenciamento de mais de 500 milhões de reais ao longo do período avaliado.

Tabela 09 – Valores Orçados e Realizados no período de 2004-2013, exceto Grupo 01 – Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Órgão** | **Valor Orçado**  **(R$)** | **Valor Realizado (R$)** | **Diferença** |
| Secretaria de Segurança Pública | 343.975.000 | 244.168.795 | 99.806.205 |
| Polícia Militar | 318.409.000 | 261.319.258 | 57.089.742 |
| Polícia Civil | 143.358.000 | 141.512.257 | 1.845.742 |
| Fundo Estadual de Segurança - FUNESP | 765.005.000 | 466.605.385 | 298.399.615 |
| Secretaria de Adm. Penitenciária e Just. | 131.661.000 | 86.350.015 | 45.310.985 |
| **TOTAL** | **1.702.408.000** | **1.199.955.711** | **502.452.289** |

Fonte - Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet

**3.2 ESTATÍSTICAS CRIMINAIS EM GOIÁS**

Os dados apresentados a seguir, foram, em sua maioria, extraídos dos Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Sua confiabilidade está no fato de ser a única fonte disponível de informações de segurança pública que correlaciona as estatísticas criminais, baseadas principalmente nos registros policiais, com aquelas do Datasus, do Ministério da Saúde, e ainda testa a qualidade dessas últimas com base no número de óbitos informados por cada estado ao Ministério.

**3.2.1 CRIMES LETAIS INTENCIONAIS**

Da análise da dinâmica dos homicídios em Goiás, conforme evidenciado pelo Gráfico 05, o número de homicídios dolosos em Goiás saltou de 1.045 em 2004 para 2.576 em 2013, o que corresponde a um crescimento de 146,51% em 10 anos.

Gráfico 05 – Número de homicídios dolosos em Goiás 2004-2013

Fonte –Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública

Com relação à taxa de homicídios dolosos no Estado (Gráfico 06), embora tenha oscilado entre 16 e 25 homicídios por 100 mil habitantes no período de 2004 a 2011, com destaque para uma expressiva queda em 2010 e 2011, apresentou forte ascensão nos dois últimos períodos avaliados (2012-2013), atingindo 39,42 e 41,85 respectivamente.

Gráfico 06 – Taxa de homicídios dolosos em Goiás 2004-2013

Fonte –Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública

O crime de latrocínio (Gráfico 07) apresentou sequências alternadas de ascensão e queda durante o período avaliado. De 2004 a 2006 demonstrou um crescimento, variando de 55 a 72 ocorrências. A partir do ano de 2007 observou-se um declínio que perdura até 2010, atingindo o menor índice da série histórica, com 29 ocorrências. A partir de 2011, o crime de latrocínio apresenta forte crescimento no Estado, chegando a 97 em 2013.

Gráfico 07 – Número de Latrocínios em Goiás 2004-2013

Fonte –Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública

O Gráfico 08 demonstra que a taxa de latrocínio por 100 mil habitantes acompanhou a curva do número absoluto deste mesmo indicador, indicando aumento real da incidência de latrocínios em Goiás, com forte crescimento a partir do ano de 2010.

Gráfico 08 – Taxa de Latrocínios em Goiás 2004-2013

Fonte –Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública

**3.2.2 CRIMES VIOLENTOS NÃO LETAIS CONTRA VIDA E O PATRIMÔNIO**

Apresentando a mesma característica dos crimes letais analisados, os crimes não letais também demonstram forte ascensão, principalmente a partir do ano de 2010.

A incidência de tentativas de homicídio em Goiás, observada no Gráfico 09, também demonstrou forte crescimento no período de 2004 a 2013, com curva semelhante aos homicídios dolosos.

Gráfico 09 – Número de tentativas de homicídio em Goiás 2004-2013

Fonte –Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública

O Gráfico 10 demonstra que a taxa de tentativas de homicídio por 100 mil habitantes acompanhou a curva do número absoluto deste mesmo indicador, indicando, assim, que houve um aumento real da incidência deste crime em Goiás, com forte crescimento nos anos de 2012 e 2013.

Gráfico 10 – Taxa de tentativas de homicídio em Goiás 2004-2013

Fonte –Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública

Com relação ao Roubo de Veículos, no período de 2004 a 2011, houve variação entre 2 e 3 mil ocorrências aproximadamente. A partir de 2011 ocorreu um forte e gradativo crescimento chegando a 7151 roubos de veículos em 2013.

Gráfico 11 – Número de Roubo de Veículos em Goiás 2004-2013

Fonte –Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública

O Gráfico 12 demonstra que a taxa de roubo de veículos por 100 mil habitantes, mantendo o padrão dos demais índices analisados, acompanhou a curva do número absoluto do mesmo indicador, indicando aumento real da incidência dos roubos de veículos, com forte crescimento a partir do ano de 2010.

Gráfico 12 – Taxa de Roubo de Veículos em Goiás 2004-2013

Fonte –Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública

**4 CONCLUSÃO**

Pelos dados analisados nesta pesquisa, fica evidente que a política de segurança pública no Estado de Goiás tem se mostrado ineficiente ao longo do tempo. Os índices de violência e criminalidade demonstram uma forte tendência de alta, principalmente a partir do ano de 2010. Entretanto, este alarmante resultado não resultou em mudanças na gestão da segurança de forma a reverter o quadro.

Um ponto que chama a atenção é o aumento significativo e progressivo dos gastos com pessoal do setor, levando Goiás para o 2° Estado com o maior piso salarial de Policiais Civis e Militares, perdendo apenas para o Distrito Federal. No entanto, a política salarial, de forma isolada, mostrou-se ineficaz para o aumento da produtividade policial e consequentemente para a redução da violência e da criminalidade.

Diante disso, a segurança pública torna-se cada vez mais reativa e o aumento nos gastos com despesas de custeio são apenas a consequência e o reflexo da atividade ostensiva executada pelas forças policiais, evidenciado na proporção em que as despesas com combustíveis, manutenção e locação de automóveis representam no total de gastos dos órgãos de Segurança Pública. A falta de investimentos no setor é evidente na medida em que se manteve constante na década avaliada, além de apresentar um volume inexpressivo quando comparada às despesas de custeio.

Observando parâmetros internacionais, os índices de criminalidade em Goiás são bastante elevados. Segundo a [*United Nations Office on Drugs and Crime*](http://www.unodc.org/) *– UNODC,* poucos países no mundo apresentam taxas acima de 30 homicídios por 100 mil habitantes. Goiás atingiu em 2013 a marca de 41,85 homicídios dolosos por 100 mil habitantes, equiparando-se a países como Uganda, África do Sul, Guatemala e El Salvador.

Apesar deste cenário altamente desfavorável, o setor de Segurança Pública em Goiás não é tratado como prioridade de governo, situação agravada pela rigidez orçamentária do Governo Estadual, com orçamento cada vez mais comprometido com despesas de pessoal, pagamento de dívida e vinculações constitucionais para as áreas de Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia. Um bom exemplo desta falta de prioridade foi o contingenciamento de mais 500 milhões de reais observado no período de 2004 a 2013, causado pelo remanejamento dos recursos inicialmente previstos em Segurança Pública para outras áreas de governo.

Outro ponto importante a ressaltar é a situação do sistema carcerário em Goiás, resultado de anos da ausência de planejamento e de uma política de investimentos adequada e duradoura. Neste trabalho, para chegar aos dados da execução orçamentária do setor, foi necessário o rastreamento de quatro diferentes órgãos pelos quais passou a administração penitenciária no período avaliado, fruto das mudanças constantes causadas por reformas administrativas ocorridas a cada troca de governo ou mesmo para contenção de gastos.

Neste sentido, é preciso transformar a segurança pública em verdadeira prioridade política. Não apenas maior alocação de recursos em segurança pública, mas o desenvolvimento de um novo arranjo institucional que substitua aquele previsto na Constituição Federal, anacrônico diante da nova realidade. (SAPORI, 2012).

Os resultados obtidos com este trabalho indicam que o simples aumento nos gastos estaduais com segurança pública não garante a melhoria dos índices de violência e criminalidade. Certamente, a partir desta conclusão não se pretende afirmar que sem o aumento de despesa é possível atingir os índices esperados. Desta forma, mais importante que aumentar os gastos é identificar, de forma planejada e integrada, as prioridades que promovam as mudanças necessárias para alcançar os objetivos e metas estipuladas.

**REFERÊNCIAS**

BELTRAME, José Mariano; GARCIA, Sérgio Henrique. **Todo dia é segunda-feira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014

COSTA, A.; GROSSI, B. Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Brasília, n. 1, p. 12, 2007.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 1, 2007. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>. Acesso em 08/05/2014.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 2, 2008. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>. Acesso em 08/05/2014.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 3, 2009. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>. Acesso em 10/05/2014.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 4, 2009. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>. Acesso em 10/05/2014.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 5, 2010. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>. Acesso em 10/05/2014.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 6, 2011. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>. Acesso em 12/05/2014.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, Ano 7, 2012. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>. Acesso em 14/05/2014.

SAPORI, Luis Flavio. **Desigualdade & Diversidade**. Revista de Ciências Sociais da PUC. Rio de Janeiro - RJ, ago/dez, 2012.

SAPORI, Luis Flavio. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu Casaco de General**: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**ABSTRACT**

This article aims to demonstrate the relationship between the volume of spending on Public Safety and its reflection in the main indices that make up the crime statistics in the state of Goiás in Brazil. The violence and crime increase are evident in the country and in Goiás, and has been recurring theme in the discussions at all levels of government. State’s Governors attribute the rise of indexes to lack of investment from the Federal Government in the area of Public Safety. On the other hand, Mayors disclaim liability under the understanding that it is the constitutional obligation of the State Government to invest in the sector. In this sense, the article shows that in Goiás the spending on Public Safety increase exponentially, especially the remuneration of Civil and Military Police, however the cost of funding and investment showed little variation during the study period.

Keywords: Public Budget. Criminal Statistics. Public Safety.